

ALBERTO SILEONI

INTRODUÇÃO

Um informe da ONU (*Clarín*, 1/7/05) indica que 96 milhões de habitantes da América Latina vivem com menos de um dólar por dia. Esse número representa 18,6% da população latino-americana, e essa quantia não é suficiente para comer, vestir-se, receber boa assistência médica e, muito menos, para sustentar os filhos na escola. A pobreza afeta especialmente a infância: a maioria das crianças é pobre e a maioria dos pobres são crianças. Além disso, a pobreza infantil está, com frequência, associada à exclusão dos serviços e das oportunidades que lhes correspondem, o que contribui para perpetuar sua transmissão de geração em geração.

Más condições de moradia, alimentação inadequada, analfabetismo, incapacidade para obter empregos, horizontes de vida estreitos. “Ser pobre significa também envelhecer rapidamente e morrer jovem, trabalhar duro e não ter controle sobre seu entorno político. Ser, na prática, cidadão de segunda classe e, com frequência, nem sequer esse direito lhe é reconhecido” (Bell Lara).

A educação não é uma atividade independente de outros aspectos da vida das comunidades. Por isso, não parece correto analisar a situação educacional do país e da região sem lançar um olhar sobre seus indicadores sociais e econômicos.

* Publicado originalmente em *Diálogo Político* 4, p. 41-60, Buenos Aires: KAS, 2005.

Não é possível examinar a deterioração da qualidade da educação na Argentina omitindo a análise da distribuição desigual da riqueza ou do processo pelo qual, em poucos anos, essa sociedade chegou a 25% de desemprego, a 60% de pobreza, a perto de 40% de indigência etc. Na época em que ocorreu a crise argentina – final de 2001 / 2002 –, em nosso Norte Grande, aproximadamente 80% das crianças eram pobres, dado que deve ser incluído ao se realizar uma avaliação séria dos resultados educativos obtidos.

Por sua vez, a heterogeneidade regional que existe em nosso país, entre outros fatores, impede que constituamos uma verdadeira nação educativa. No século XIX, Domingo F. Sarmiento denunciava esse problema, afirmando que todos os argentinos queriam a unidade, mas sobrevinha a realidade das coisas e jogava por terra esse desejo. A realidade das coisas era, e continua sendo, as profundas diferenças regionais, presentes em nosso país desde o início da organização nacional, no começo do século XIX. Mais perto no tempo, Alejandro Bunge concordaria com isso ao formular a idéia da “Argentina, [como um] país leque”, apontando que a abundância de bens econômicos e sociais eram menores no interior do que em Buenos Aires e seus arredores.¹

A Cidade Autônoma de Buenos Aires e as províncias de Córdoba, Santa Fé, Buenos Aires e Mendoza produzem aproximadamente 85% do produto bruto geográfico e concentram em torno de 75% dos investimentos feitos no país (PNUD 2004).

Nosso federalismo, que teve uma marcada influência dos Estados Unidos, diferentemente de seu modelo, desenvolveu-se com estados subnacionais – províncias – débeis e um desequilíbrio geográfico e político presente desde suas origens.

Em educação, esse processo histórico, unido a determinações normativas implantadas na década de 1990 – como a Lei de Transferência dos Serviços Educativos Nº 24.049/92 – provocou um estado de fragmentação que é necessário sanar, um “arquipélago triste com algumas ilhas felizes” que dista muito de ter unidade e sentido.

1. Esta idéia está desenvolvida no artigo de Beatriz Balián de Tagtachian, “Desocupación, pobreza y piquetes en la Argentina”, *Diálogo Político* n. 3, ano 2005, Konrad-Adenauer-Stiftung A.C.

I. A POBREZA COMO OBSTÁCULO EDUCATIVO

A pobreza condiciona a educação das crianças, tem impacto em sua biografia e trajetória escolar e influi em sua permanência dentro do sistema educacional. Trataremos de enunciar algumas das dificuldades e limitações que acompanham o desenvolvimento em condições de pobreza extrema.

1.1 *A infância que não existe*

Diversos autores coincidem em que a pobreza faz com que se diluam os limites entre infância e adolescência. Se a infância é uma instituição em que confluem família e escola na sua construção, a ausência ou deterioração dessas instituições na vida das crianças pertencentes aos setores mais pobres impede a vivência desse momento que deveria se caracterizar pela segurança, pelo afeto e pela presença do adulto educador. Em meio à extrema pobreza, pode ser que não haja infância, mas crianças soltas que crescem do modo como podem.²

1.2 *As condições de educabilidade*

Para que as crianças possam enfrentar a escola com êxito, deveriam existir condições materiais mínimas de saúde, alimentação e “que tenham internalizado um conjunto de representações, valores e atitudes que as disponham favoravelmente para a aprendizagem escolar” (LÓPEZ, 2005:82).

Juan Carlos Tedesco afirma que “o conceito de educabilidade não se refere a fatores hereditários de caráter biológico ou genético, imodificáveis por meio de políticas sociais. A educabilidade se refere, na verdade, a dois tipos de fatores distintos: a) um desenvolvimento cognitivo básico, que acontece nos primeiros anos de vida e que está vinculado a uma estimulação afetiva sadia, boa alimentação e condições sanitárias adequadas; b) uma socialização primária mediante a qual as crianças adquirem os rudimentos de um marco básico que lhes permita incorporar-se a uma instituição especializada distinta da família, como é a escola” (FEIJOO, 2002:30).

Esses saberes, anteriores ao conhecimento escolar, se referem a aspectos elementares como amarrar sapatos ou usar talheres na mesa, e outros de natureza diversa, como acatar a autoridade, construir o conceito de trabalho,

2. Esta idéia está desenvolvida em Corea, Cristina e Lewkowicz, Ignacio. *Pedagogia del aburrido. Escuelas desituidas, familias perplejas*. Buenos Aires: Paidós Educador, 2004.

esforço etc. A formação do capital cultural é uma aprendizagem para a qual o lar é uma instância imprescindível.

1.3 A escolaridade dos pais

O nível de estudos atingido pelos pais, sobretudo pela mãe, é decisivo no que tange à escolaridade das crianças. Há pesquisas que apontam que a maioria dos alunos repetentes pertence a lares cujos pais têm menos anos de escolaridade. A repetência está associada à distorção idade-série e, em geral, “pode-se notar a relação inversa entre o desempenho escolar e o ambiente familiar. A distorção idade-série diminui à medida que aumenta o nível de instrução formal do cônjuge do chefe de família” (TENTI FANFANI, 2004)

1.4 As mínimas condições materiais

Como dissemos anteriormente, para aprender é necessário possuir condições materiais mínimas. O aspecto nutricional é uma delas: denominam-se gordas da pobreza aquelas crianças cuja alimentação se caracteriza pelo alto consumo de hidratos de carbono e pela insuficiência de nutrientes, combinação que significa um sério obstáculo para manter a energia e a saúde física exigidas para enfrentar o esforço. A desnutrição infantil, flagelo visível em algumas das regiões de nosso país, reduz as possibilidades e o futuro das crianças que padecem desse mal. A pobreza pode ser revertida com a geração de emprego, mas o empobrecimento cognitivo produzido por uma alimentação deficitária vem para ficar.

Do mesmo modo, é necessário possuir um espaço físico digno para poder realizar as tarefas escolares, com boa iluminação, onde exista silêncio e um ambiente que favoreça a reflexão.

Essas condições imprescindíveis se completam com a posse de livros de texto e de leitura, materiais didáticos apropriados, utensílios escolares e uma vestimenta que inclua uniforme, sapatos confortáveis, roupa de abrigo etc.

1.5 A incorporação precoce ao mercado de trabalho

Uma causa muito freqüente de abandono é a necessidade dos meninos e meninas de obter renda que colabore na economia familiar. Para as famílias pobres, sustentar os filhos na escola é um esforço muito grande, pelos gastos causados pela educação e porque as obriga a prescindir da receita que as crianças trariam se trabalhassem.

1.6 O cuidado de irmãos menores

A obrigação de cuidar de irmãos menores nas horas em que seus pais saem para trabalhar é uma causa freqüente de abandono do sistema educativo (*Clarín*, 7/4/03), fato que ocorre principalmente entre as mulheres.

1.7 A falta de motivação e curiosidade

O pouco valor que os pais dão à educação de seus filhos e as baixas expectativas quanto a seus sucessos significam um fator obstaculizador. Nesse contexto, diminui a curiosidade pelo conhecimento, desaparece o desejo de aprender coisas novas, ocorre certo estado de anorexia intelectual (FEIJOO e CORBETTA, 2004).

Um informe sobre educação e pobreza (IPE 2001) afirma que as crianças pobres têm aproximadamente quatro anos a menos de escolaridade que as não-pobres e que estão sujeitas a repetir quatro vezes mais na escola primária e cinco vezes mais na secundária. Essa situação revela um problema social que deve ser enfrentado com políticas gerais e educativas específicas.

Não obstante, observa-se essa realidade também em contextos de melhores índices sociais e econômicos, que também apresentam situações de heterogeneidade social. Bill Gates, em uma nota publicada no jornal *Clarín*, em 8/3/05, afirma que, nos Estados Unidos, os não brancos são presos quatro vezes mais que os brancos, circunstância que deve ser interpretada como uma problemática de classe, em relação direta com a posição social e econômica. Na mesma época, o mesmo jornal (*Clarín*, 25/5/05) publicou uma notícia sobre a educação no Estado de Califórnia que dizia que somente 39% dos latinos e 47% dos afro-americanos terminavam a escola secundária, muito distante dos índices da população escolar branca.

2. O CONCEITO DE EQUIDADE

A noção de equidade educativa adquire visibilidade na Argentina e na região na década de 1990. Está presente na Constituição argentina, que em seu artigo 75 enumera as atribuições do Congresso Nacional, entre as quais se encontra a de “sancionar leis de organização e de base da educação que garantam os princípios de gratuidade e equidade da educação pública estatal e a autonomia e autarquia das universidades nacionais”. A Lei Federal de Educação N° 24.195, sancionada em 1993, também faz referência ao concei-

to de equidade e o relaciona com distribuição dos serviços, obtenção de resultados equivalentes e qualidade educativa.

Não obstante ter emergido com força na década de 1990, não é um conceito novo. No século IV a.C, Aristóteles estabeleceu a distinção entre justiça comutativa, que propõe tratamento igual para os iguais, e justiça distributiva, tratamento desigual para os desiguais, conceito que traz em sua essência a noção de equidade. Ele pensava a justiça distributiva como própria do âmbito da *polis*, da política, idéia que desenvolve em algumas de suas obras, como a *Ética a Nicômaco*.

O conceito de equidade educativa provocou certa resistência, talvez porque a noção se instalou em um campo onde reinava a idéia de igualdade (LÓPEZ, 2005). Deve-se observar que a noção de igualdade educativa pode ser sustentada em sociedades mais homogêneas, não tão atingidas pela fragmentação e pela falta de coesão social. Nesse sentido, a igualdade de oportunidades educativas em contextos de pobreza ou de forte desigualdade social é um conceito insuficiente que deve ser complementado com a obtenção de parâmetros de igualdade nos resultados educacionais.

Da idéia de equidade se depreende a de discriminação positiva e de ambas surgem as políticas compensatórias encaminhadas para solucionar as diferenças de origem dos estudantes: bolsas de retenção, bolsas de reinserção, cantinas escolares, transporte escolar, distribuição de utensílios, uniformes, sapatos, livros, equipamento de informática e outras.

3. ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA ATENUAR A POBREZA EDUCATIVA

Nem a teoria mais ajustada aos fatos pode expressar cabalmente a angústia que a pobreza provoca naqueles que dela padecem.

Em tempos de graves necessidades sociais, não se pode aceitar um Estado espectador, passivo e cúmplice. É imprescindível avançar no projeto e execução de políticas educacionais que enfrentem a pobreza.

Uma das funções mais significativas do Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia é a de compensar as desigualdades pessoais e regionais implementando políticas de equidade sustentáveis, gerais e com racionalidade pedagógica.

Existe uma discussão acadêmica sobre a natureza das políticas de equidade: são ações úteis para compensar desigualdades ou, ao contrário, seu efeito é legitimar essas diferenças de origem? Alguns posicionamentos asseguram que a

distribuição material que se realiza através dessas políticas consolida a posição subordinada do outro como receptor de uma dádiva do Estado, reforçando seu estado de minoridade cidadã, e que se constroem identidades agradecidas e não se consolida realmente a cidadania nas pessoas. Ao mesmo tempo se afirma que, como políticas focalizadas, desviam o Estado de sua tarefa central, que é desenvolver estratégias universais e estruturais mais profundas.

De nossa parte, não cremos que exista tal antinomia: é possível compensar desigualdades e, ao mesmo tempo, levar adiante políticas estruturais. O que ocorre é que há urgências que não esperam. Como sustenta um pensador contemporâneo, a essência da fome é que ela acontece agora, não existe a fome de ontem.

Estão em andamento diferentes programas compensatórios das desigualdades nos Ministérios de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação. São políticas sustentadas no mandato ético da solidariedade e na noção da não-neutralidade do Estado como garantidor dos direitos dos mais vulneráveis.

Coincidimos na idéia de que não é um alvo definitivo para o Estado realizar ações compensatórias e de distribuição material; é sabido que essas políticas têm limitações se não se tentam resolver, ao mesmo tempo, os problemas estruturais de fundo. Pode-se dizer que essas políticas compensatórias mostram os limites da escola como ferramenta de inclusão e fecham a porta à utopia da igualdade e integração (FEIJOO, 2002).

Em sociedades fragmentadas, com hiatos e diferenças muito amplas, devem-se atender dois planos ao mesmo tempo: o urgente e o estrutural, dimensões que necessitam de políticas diferenciadas. “É obvio que só a educação não é capaz de reduzir a pobreza e que um maior grau de escolaridade não se traduz necessariamente na geração de um emprego. Portanto, são necessárias políticas que se complementem nos campos de investimento em educação, em saúde e na geração de emprego e outras formas de compensação para incidir efetivamente sobre a pobreza” (IIPE, 2001).

Podemos afirmar que a melhor estratégia educativa é construir uma sólida política social e econômica. Se não diminuirmos os índices de desemprego e se não reduzirmos as diferenças de renda nem os índices de pobreza e indigência, o Estado estará indefinidamente dedicado à realização de ações compensatórias para melhorar a condição de vida de seus cidadãos. A dificuldade que se apresenta é que essas ações são insuficientes para resolver as questões em toda a sua profundidade. Os esforços em educação não bastam em si mesmos se as condições socioeconômicas não os acompanham: são uma condição necessária, mas não suficiente para resolver esses problemas. Se a população-alvo é um fluxo, se

não melhora o contexto em que educamos, as políticas compensatórias correm o sério risco de se perpetuarem ao longo do tempo.

4. ALGUMAS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ARGENTINA

4.1 *Programa Nacional de Bolsas Estudantis*

Distribuem-se 450 mil bolsas destinadas a jovens de 13 a 19 anos em risco de abandonar os estudos, que estão cursando os 8º e 9º anos de EGB [Educação Geral Básica] e o Polimodal [Ensino Médio]. O objetivo é reter os alunos na escola mediante um incentivo econômico.

4.2 *Programa Nacional de Inclusão Educativa “Todos a estudar”*

O Programa propõe dar resposta ao problema da exclusão educativa e social de crianças e adolescentes entre 11 e 18 anos de idade que se encontram fora do sistema escolar. O objetivo central é a inclusão na escola daqueles que por diversos motivos nunca ingressaram ou que abandonaram os estudos.

O Programa distribui 50 mil bolsas destinadas a jovens do Terceiro Ciclo de EGB e do Polimodal para sua reinserção na escola. A fim de garantir a volta à escola, criou-se pela primeira vez o Fundo Escolar para a Inclusão Educativa, que abrange 40 mil bolsas de \$400 anuais para os jovens que iniciam o processo de inclusão.

4.3 *Centros de atividades juvenis*

São 800 centros que realizam diversas atividades culturais, desportivas e comunitárias para adolescentes e jovens. Funcionam nas escolas, nos finais de semana. Muda-se o enfoque e a escola se converte em um lugar de encontro e aprendizagem com propostas diferentes das curriculares. Os jovens são os protagonistas e os educadores se convertem em guias e acompanhantes das expectativas das crianças. Além disso, o projeto busca promover uma estratégia de desenvolvimento local, favorecendo ou fortalecendo o estabelecimento de alianças de trabalho com o entorno. A construção de espaços mais atraentes que os clássicos formatos escolares tenta incidir nos processos de retenção e reinserção de jovens que abandonaram a escola ou correm o risco de aban-

doná-la. As atividades desenvolvidas são variadas e de qualidade, tentando levar aos lugares visitados um menu amplo e diverso de propostas artísticas. Realizam-se espetáculos, exposições fixas, projeções e oficinas educativas.

4.4 Programa “Aprender ensinando”

O objetivo do programa é dar apoio escolar a crianças e adolescentes entre 12 e 18 anos em risco econômico, para evitar situações de repetência e evasão. Trabalha-se em tutorias exercidas por alunos dos níveis superiores de institutos de formação docente. Em 17 províncias, cerca de 1.200 estudantes tutores acompanham 12 mil alunos para ajudá-los a melhorar sua aprendizagem e a permanecer na escola.

4.5 Caderneta escolar

Em 2004, 196 mil alunos receberam uma caderneta escolar para o acompanhamento de sua trajetória educacional. Ao final deste ano, a caderneta chegará a mais 190 mil crianças. Trata-se de um documento planejado conjuntamente com o Ministério de Saúde, para fazer um acompanhamento do aluno durante toda sua escolaridade básica, facilitando a comunicação entre as famílias e a escola ao se fornecer mutuamente informação atualizada acerca da saúde e da educação dos estudantes. Constitui uma ferramenta fundamental que registra a trajetória escolar e sanitária, integrando aspectos sociais e pedagógicos desde o nível inicial até a finalização da escolaridade obrigatória. Os indicadores que a integram (dados pessoais, familiares, de saúde, do estabelecimento e suas respectivas modificações, entre outros) permitem registrar a história escolar, a assistência e o rendimento acadêmico do aluno e a tomada de consciência sobre a importância de comparecer com periodicidade aos centros de saúde mais próximos.

4.6 Programa Federal de Turismo Educativo e Recreação Infantil

Durante os anos 2004-2005, 8.700 alunas e alunos de escolas de todo o país viajaram para os complexos turísticos de Embalse Río Tercero e Chapadmalal para passar suas férias. Esse programa destina-se à comunidade escolar dos estabelecimentos de EGB 1 e 2 do Programa Integral de Igualdade Educativa. Os alunos estão a cargo de pessoal especializado e têm uma estadia com transporte e pensão completa totalmente gratuitos. As atividades que

se realizam são recreativas, destinadas a fortalecer a integração, melhorar a convivência escolar e promover a saúde.

4.7 Núcleos de Aprendizagens Prioritárias (NAP)

É necessário que as crianças da Argentina tenham aprendizagens equivalentes em qualquer lugar do país. Para evitar a dispersão educativa de objetivos e conteúdos, em 2004 fez-se um acordo com os governos provinciais para a elaboração de Núcleos de Aprendizagens Prioritárias (NAP) para o Nível Inicial e o Primeiro Ciclo de EGB.

Em 2005, foram distribuídos 230 mil cadernos com os NAP e 490 mil com material de apoio ao ensino para os docentes. Além disso, foram distribuídas 4.400.000 publicações para as famílias com os NAP e outros instrumentos que acompanham a escolaridade das crianças. Esses núcleos foram construídos com o objetivo de padronizar as aprendizagens que os alunos de todo o país devem adquirir, buscando resolver dois problemas centrais do sistema educacional: a fragmentação e a desigualdade.

4.8 Programa Nacional 700 Escolas

O programa constrói 700 escolas novas em conjunto com o Ministério de Infra-estrutura e Planejamento em todo o território nacional. O objetivo é ampliar e melhorar a infra-estrutura de edificações de cada província. Também prevê a substituição dos prédios escolares existentes. De acordo com o montante oportunamente designado, cada jurisdição estabelece uma lista de prédios escolares, detalhando as características gerais: localização (urbana, rural), nível educativo, superfície e custo estimado. Para os casos de criação de novos estabelecimentos, se deverá garantir que os mesmos pertençam ao setor de ensino público de gestão estatal.

Esse Programa será executado em quatro anos e, para o primeiro ano de execução, se decidiu começar com a construção de prédios destinados ao nível EGB 3, polimodal/médio.

4.9 Programa de apoio ao último ano de nível médio/polimodal para a articulação com o nível superior

Em 2004, iniciou-se o primeiro curso de apoio para ingressar na universidade do qual participaram 13 mil alunos do último ano do nível médio/

polimodal da província de Buenos Aires e da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Em 2005, a experiência foi ampliada para as regiões do Noroeste e Nordeste, alcançando onze províncias e 35 mil alunos a mais.

O objetivo do programa é oferecer capacitação extracurricular em conteúdos facilitadores que lhes possibilite uma melhor inserção no nível terciário ou universitário.

4.10 Campanha Nacional de Leitura

Em 2004, foram distribuídos 3.500.000 livros de texto para alunos de EGB e polimodal (450 mil para o primeiro grau e mais de 3 milhões para a escola média).

Em 2005, duplicou-se a compra de livros de texto para as escolas e bibliotecas escolares, aumentando-se a quantidade para 7 milhões.

No marco da Campanha Nacional de Leitura, foram distribuídos, entre 2004 e 2005, 12.500.000 contos em espaços não tradicionais. Realizaram-se campanhas nas praias, terminais de ônibus, estádios de futebol, hospitais públicos, transporte público etc.

4.11 Plano Nacional de Leitura

O Plano faz parte de uma política pública nacional que propõe que a leitura seja uma experiência cotidiana em todas as escolas, conseguindo ampliar a comunidade de leitores.

Foi lançado em 2004, com o apoio de distintos representantes da literatura e da cultura argentina, e foram distribuídos mais de 1.300.000 livros de literatura nas escolas, que se somam aos 2 milhões de textos literários para bibliotecas escolares que estão sendo distribuídos no decorrer de 2005.

4.12 Programa Integral para a Igualdade Educativa (PIIE)

O PIIE é um programa destinado às escolas social e economicamente mais vulneráveis de todo o país. Seus componentes são o financiamento de projetos pedagógicos, equipamento, capacitação docente, distribuição de livros, bibliotecas e materiais e obras de infra-estrutura.

Em 2004, foram incorporadas 1.100 escolas das 24 jurisdições do país, com uma população escolar de 650 mil alunos. Em 2005, foram incluídos 500 estabelecimentos a mais, que elevam a quantidade de alunos

para 870 mil, o que representa 28% da população das escolas urbanas de gestão estatal.

Com o Programa, tenta-se também fortalecer os processos de ensino-aprendizagem, o vínculo com a comunidade e as condições institucionais.

4.13 Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos

Embora o analfabetismo em nosso país seja relativamente baixo em termos regionais, mais de 700 mil argentinos e argentinas não sabem ler e escrever. Essa dívida do século XIX deve ser saldada. O Ministério Nacional entende a alfabetização como a estratégia inicial que possibilita a continuidade da educação dos jovens e adultos.

A função reparadora do Programa inscreve-o no marco de justiça social com o objetivo de gerar uma melhor convivência democrática e uma revalorização do sujeito. A proposta contempla uma aprendizagem marcada pelas questões sociais, as satisfações e problemas que cada alfabetizando tem em seu ambiente e dá amparo a todos aqueles que queiram prestar ajuda a outro compatriota que necessita ser alfabetizado. É implementado em convênio com organizações da sociedade civil, com a modalidade do voluntariado, e está presente em todas as províncias. A cobertura se amplia com sua difusão através do meio televisivo.

Em 2005, deu-se início ao programa em todo o país mediante a abertura de 12 mil centros e a convocação de novas instituições. Estima-se que 120 mil pessoas serão beneficiadas com o plano no transcurso do ano.

4.14 Programa Nacional de Educação Intercultural e Bilingüe (EIB)

A EIB faz parte das estratégias encaminhadas para obter a igualdade educativa mediante a plena participação das línguas e das culturas indígenas no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo a diversidade sociocultural como atributo positivo de uma sociedade.

No marco de suas ações, foram entregues 6 mil bolsas a estudantes indígenas e se prevê a entrega da mesma quantidade em 2005. Do mesmo modo, são oferecidos apoio e assistência técnica a 400 projetos educativos institucionais inovadores para a educação intercultural bilingüe em escolas de EGB 1, 2 e 3 e polimodal.

4.15 Campanha Nacional de Alfabetização Digital

A proposta dessa campanha é aproximar as tecnologias das instituições de ensino de todos os níveis. No período 2004-2006, 6.500 estabelecimentos de todo o país receberão 55 mil computadores que vão equipar as aulas de informática de 5 mil estabelecimentos educacionais (em sua maioria, escolas médias e técnicas de zonas desfavorecidas). Além disso, está prevista a inauguração de 2 mil classes de informática. Também foram distribuídos 120 mil CDs para os docentes.

5. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES À DISCUSSÃO

5.1 *Pensar a pobreza produzindo mais pobreza*

Há idéias e representações sobre as pessoas e as coisas que funcionam como um forte condicionante de decisões. Com freqüência, alguns docentes, atendendo à condição social de seus alunos pobres, tratam de mantê-los na escola e de promovê-los de qualquer modo. Não exigem deles o necessário, têm atitudes complacentes em virtude de “entender” que há uma diminuição de suas possibilidades como produto das condições adversas em que vivem. Essas condutas, muitas vezes construídas de boa fé, não são ações de discriminação positiva, mas antes de discriminação reiterada, já que se nega a confiança básica de que essas crianças e jovens tanto necessitam em seu desenvolvimento. Perseguem-se objetivos empobrecidos para crianças empobrecidas, procedimento que renova aquela profecia autocumprida: por que vamos exigir deles, se são pobres?

O Ministério de Educação da Argentina sustenta que onde há expectativas materiais pobres, devem-se sustentar expectativas pedagógicas altas, porque cada aluno é um enigma e não há certeza científica de onde se encontra seu limite e de quanto pode render.

5.2 *A educação como ferramenta de emancipação*

Uma das funções da educação é seu caráter emancipatório. A aprendizagem é um veículo para que as crianças descubram que são sujeitos de direito, já que o conhecimento gera autonomia e a ignorância, dependência.

Esse processo de autonomia, tarefa central da educação das pessoas, adquire singular importância quando se educa em contextos de pobreza.

Emancipar-se significa atrever-se a tomar a palavra, atrever-se a perguntar, a assumir decisões próprias e a selecionar valores.³

5.3 *A importância de construir vínculos sólidos*

Outro aspecto que consideramos fundamental na luta para reduzir as distâncias e melhorar a qualidade educativa dos setores menos favorecidos é a construção de vínculos educativos sólidos.

É fundamental ampliar o recorte habitual do que se ensina, que não é somente o que está relacionado com as prescrições curriculares, com os conteúdos e as matérias. Não só transmitimos didaticamente as matérias, também ensinamos por meio de nosso modo de nos relacionar. John Dewey, que já no século XIX unia educação e cidadania, afirmava que “se ensina na maneira como se ensina”, destacando que as relações entre as pessoas educam as pessoas. É preciso insistir nesse ponto, porque as relações entre os docentes, entre os docentes e os alunos, entre os alunos entre si e entre todos eles e as famílias enviam constantemente mensagens axiológicas e ideológicas muito claras. Frequentemente, as práticas pedagógicas concretas estão divorciadas dos objetivos que queremos alcançar. Devemos superar a incoerência de buscar objetivos nobres mediante práticas autoritárias. Há um limite no qual fundo e forma não chegam a se distinguir, onde metodologia e ideologia são a mesma coisa.

Martín Buber, que desenvolveu a filosofia do encontro, nos convida em suas obras a perceber a necessidade de cultivar os bons vínculos. Ele afirmava que se dava muita importância aos verbos, que são dinâmicos e indicam ações, aos substantivos, que nomeiam as coisas, mas sempre esquecíamos as preposições, que são as que nos vinculam com os demais: junto, para, por, entre, desde.

5.4 *Valorizar os saberes dos alunos*

A escola deve valorizar o conhecimento dos mais pobres. Se não incorporarmos a visão do outro empobrecido, como poderemos nos comunicar com ele?

Sem dúvida, trata-se de uma tarefa árdua, pois não nos ensinaram a reconhecer os saberes provenientes desses setores. Em geral, colocamos a pobreza no lugar do não saber, na incapacidade, na ausência de conhecimento.

3. Jürgen Habermas desenvolve esta idéia.

Essa valorização também é um processo de pluralismo cultural. A escola deve ser o cenário privilegiado onde se desenvolvem múltiplas culturas, entendendo-se que nela convivem os adultos com os adolescentes, ambos portadores de visões do mundo bastante diferentes.

5.5 Construir o futuro

Um valor fundamental que obtemos da educação é a possibilidade de construir um projeto, de prover os alunos de um futuro possível. Isso, para os jovens, para os adolescentes, adquire singular importância; possuir um para quê, inscrever o esforço em um objetivo superador. Poucas coisas produzem mais desgosto do que perceber que nossos afãs são vãos, não conduzem a nada, são inúteis.

Uma questão que provoca controvérsia é a da gravidez juvenil. Habitualmente, considerava-se gravidez indesejável todas as que se verificavam em jovens menores de 18 anos. Investigações recentes não dão crédito a essa afirmação, ao sustentar que uma alta proporção dessas meninas decide engravidar por três razões: porque a gravidez lhes dá fortaleza, porque um filho lhes faz companhia e porque um filho representa um projeto de vida. É nesse ponto que a educação pode fazer uma diferença. Porque, apesar do respeito que se deve ter pela vida humana, o projeto de uma adolescente deve ser freqüentar a escola, concluí-la e ter expectativas de continuar trabalhando e estudando. A maternidade virá mais adiante, quando sua mente e seu corpo se encontrarem aptos para tal responsabilidade.

6. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Pelas razões expostas, é imperioso incluir as crianças e os jovens mais pobres no sistema educacional. Incorporar aos que nunca entraram, reter na escola os que freqüentam, reinserir aqueles que foram embora e melhorar a qualidade educativa de todos são tarefas imprescindíveis.

O Poder Executivo Nacional, através do presidente da nação, apresentou o Projeto de Lei de Financiamento Educativo, que está sendo tratado pelo Senado Nacional.

O Projeto propõe aumentar o investimento em educação de 4% para 6% do Produto Interno Bruto, estabelece um prazo de investimento de um quinquênio, 2006 a 2010, e ratifica o papel central do Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia, que aumentará seu compromisso orçamentário dos 22% atuais para 40% do investimento educativo.

Os objetivos, metas e ações mais importantes que o Projeto de Lei persegue são:

- Incluir no nível inicial 100% da população de cinco anos de idade e assegurar a incorporação crescente das crianças de três e quatro anos, priorizando os setores sociais mais desfavorecidos.
- Garantir um mínimo de dez anos de escolaridade obrigatória para todas as crianças e jovens, assegurando a inclusão daqueles que possuam necessidades educativas especiais. Conseguir que, no mínimo, 30% dos alunos de educação básica tenham acesso a escolas de jornada estendida ou completa, priorizando os setores sociais mais desfavorecidos.
- Avançar na universalização do nível médio/polimodal, fazendo com que os jovens não escolarizados, que por sua idade deveriam estar incorporados a esse nível, ingressem ou se reincorporem e completem seus estudos.
- Erradicar o analfabetismo em todo o território nacional e fortalecer a educação de jovens e adultos em todos os níveis do sistema.
- Efetuar as transformações pedagógicas que possibilitem melhorar a qualidade do sistema educativo nacional em todos os níveis e modalidades, garantindo a apropriação dos núcleos de aprendizagens prioritárias pela totalidade dos alunos dos níveis de educação inicial, básica/primária e média/polimodal.
- Expandir a incorporação das tecnologias da informação e da comunicação nos estabelecimentos educacionais e ampliar o ensino de uma segunda língua.
- Fortalecer a educação técnica e a formação profissional, promovendo sua modernização e vinculação com a produção e o trabalho, e aumentar o investimento em infra-estrutura e equipamento das escolas e centros de formação profissional.
- Melhorar as condições de trabalho e salário dos docentes de todos os níveis do sistema educacional. Promover a hierarquização e profissionalização da carreira docente. Fortalecer e melhorar a qualidade da formação docente inicial e contínua.
- Fortalecer a democratização, a qualidade, os processos de inovação e a pertinência da educação oferecida no sistema universitário nacional.
- Hierarquizar a investigação científico-tecnológica e garantir o cumprimento dos objetivos propostos para o sistema científico-tecnológico nacional.

Apesar de constituir um poderoso instrumento de melhora da educação argentina, não é uma lei setorial, para o benefício dos docentes de nosso país.

Trata-se de uma lei para a sociedade em seu conjunto: para os 37 milhões de argentinos e os 11 milhões de alunos.

É uma lei para melhorar a competitividade da economia argentina e aumentar a população empregável. Uma informação recente do INDEC dá conta de que 15% dos empregos oferecidos nos últimos tempos não puderam ser preenchidos por falta de mão-de-obra capacitada. A educação possibilitará essas qualificações.

É uma lei que terá a conseqüência de evitar a gravidez não desejada, já que as pesquisas determinam que é na escola que alunos e alunas se informam melhor sobre temas sexuais.

É uma lei para consolidar as práticas democráticas, evitar o clientelismo e as manipulações políticas. Também, para prevenir problemas de saúde e continuar diminuindo a mortalidade infantil. Para que as mães educadas possam alimentar melhor seus filhos.

É uma lei que possibilitará, no médio prazo, que milhares de compatriotas prescindam dos planos sociais e comecem a ter empregos dignos. Uma estatística recente indica que, dos últimos empregos oferecidos, 86% exigem o nível secundário de estudos, ao mesmo tempo em que 80% dos beneficiários do Plano Chefes e Chefas de Família não têm esse nível de instrução completo. Essa combinação nos apresenta um horizonte muito preocupante: esses argentinos dificilmente poderão sair dessa situação, e deverão viver – para sempre? – da assistência do Estado.

É uma lei que possibilitará que se reduzam os delitos; nos últimos cinco anos, a população das prisões federais aumentou em 44%, enquanto a população em geral só cresceu 5%. A maioria dos presidiários que se incorporam às escolas existentes dentro do sistema penitenciário não reincide no delito.

É uma lei, em suma, que desafia a sociedade em seu conjunto a construir uma melhor educação em uma melhor sociedade.

7. CONCLUSÃO

Existem estudos que determinam que cada ano de escolaridade reduz em até 6% a possibilidade de ser pobre. Por isso, é imprescindível que nossas crianças saiam dessa dolorosa armadilha, e a educação pode fazer uma diferença fundamental na luta contra a pobreza.

Na República Argentina, o Estado está fazendo um grande esforço para voltar a ser o organizador da vida social e atender os direitos básicos de seus cidadãos: a educação, a saúde, a habitação, o trabalho; em suma, o direito de viver dignamente.

Estamos na etapa de reconstrução do Estado, garantidor dos direitos, promotor do bem comum, que recupere o conceito de cidadania social e nos devolva o orgulho de pátria.

O sentido de caminhar juntos somente se sustenta quando se alcançam metas comuns. Gera grande frustração fazer parte de um grupo que deixa reiteradamente de cumprir seus objetivos.

Por isso, é necessário um Estado que devolva a esperança e que permita esboçar o futuro.

Porque as crianças pobres nascem com o destino escrito, e a escola continua sendo uma das poucas instituições que pode romper essa profecia originária do berço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COREA, Cristina, LEWKOWICZ, Ignacio. *Pedagogía del aburrido*. Escuelas destituidas, familias perplejas. Buenos Aires: Paidós Educador, 2004.
- FEIJOO, María del Carmen. *Equidad social y educación en los años '90*. Buenos Aires: IPE UNESCO, 2002.
- FEIJOO, María del Carmen, CORBETTA, Silvina. *Escuela y pobreza*. Desafíos educativos en dos escenarios del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: IPE UNESCO, 2004.
- LÓPEZ, Néstor. *Equidad educativa y desigualdad social*. Desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano. Buenos Aires: IPE UNESCO, 2005.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *Informe: El desarrollo humano en la Argentina del siglo XXI*. Buenos Aires: PNUD, 2004.
- TENTI FANFANI, Emilio. *Juventud y educación escolar en la Argentina*. Informe IPE-UNESCO. Buenos Aires, 2004.

ALBERTO SILEONI é advogado e professor de história. Professor da Universidade de Buenos Aires. Diretor de Educação de Adultos e subsecretário da cidade de Buenos Aires (1993-1996). Coordenador nacional do Projeto Educação e Trabalho dependente do Ministério de Educação (1996-1999). Diretor de Educação Polimodal e subsecretário de Educação da Província de Buenos Aires (1999-2003). Desde junho de 2003 exerce o cargo de secretário de Educação do Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina.